

Demonstrações Financeiras

Apollo Comercializadora S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Apollo Comercializadora S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Contexto operacional.....	10
Base de elaboração e apresentação da demonstração financeira	10
Caixa e equivalentes de caixa.....	14
Contas a receber de clientes	15
Impostos a recuperar	16
Caixa restrito e depósitos restituíveis.....	16
Contas a pagar e fornecedores.....	16
Obrigações tributárias.....	17
Patrimônio líquido	17
Receita operacional líquida.....	19
Custos e despesas por natureza.....	20
Resultado financeiro	20
Imposto de renda e contribuição social corrente	21
Transações com partes relacionadas.....	21
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	23



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Apollo Comercializadora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apollo Comercializadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Apollo Comercializadora S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.006	35.860
Contas a receber de clientes	4	1.669	165
Contas a receber – Partes relacionadas	14	137	43
Impostos e contribuiçes a recuperar	5	2.486	1.857
Outras contas a receber		-	1
Total do ativo circulante		6.298	37.926
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	6	-	1.884
Total do ativo não circulante		-	1.884
Total do ativo		6.298	39.810

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Apollo Comercializadora S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	7	1	1
Contas a pagar – Partes relacionadas	14	-	25.169
Obrigações tributárias	8	1.238	1.326
Dividendos a pagar	14	618	3.141
Total do passivo circulante		1.857	29.637
Patrimônio líquido	9		
Capital social		2.454	5.501
Reservas de lucros		1.987	4.672
Total do patrimônio líquido		4.441	10.173
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.298	39.810

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Apollo Comercializadora S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	10	28.522	3.174
Custo de geração de energia	11	(28.760)	(2.997)
Lucro (prejuízo) bruto		(238)	177
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(30)	(11)
Outras receitas e despesas operacionais		19	-
		(11)	(11)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(249)	166
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	4.163	3.990
Despesas financeiras	12	(203)	(186)
		3.960	3.804
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.711	3.970
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	(1.238)	(1.326)
		(1.238)	(1.326)
Lucro líquido do exercício		2.473	2.644

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Apollo Comercializadora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.473	2.644
Total do resultado abrangente do exercício	2.473	2.644

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

7

7

Apollo Comercializadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.501	-	2.656	-	8.157
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.644	2.644
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(628)	(628)
Reserva de dividendos complementares	9	-	-	1.884	(1.884)	-
Constituição de reserva legal			132	-	(132)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.501	132	4.540	-	10.173
Redução de capital	9	(3.047)	-	-	-	(3.047)
Dividendos declarados para os acionistas	9	-	-	(4.540)	-	(4.540)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.473	2.473
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(618)	(618)
Reserva de dividendos complementares		-	-	1.731	(1.731)	-
Constituição de reserva legal		-	124	-	(124)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.454	256	1.731	-	4.441

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Apollo Comercializadora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.711	3.970
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.461)	2.806
Contas a receber - Partes relacionadas		(137)	
Impostos e contribuições a recuperar		(629)	101
Outros		1	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar – Partes relacionadas		(25.169)	(401)
Obrigações tributárias		(138)	(469)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.188)	(1.131)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(25.010)	4.875
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito e depósitos restituíveis		1.884	(184)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.884	(184)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas controladores		(7.681)	-
Redução de capital	9	(3.047)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.728)	-
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(33.854)	4.691
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		35.860	31.169
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		2.006	35.860

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Apollo Comercializadora S.A. (“Apollo” ou “Companhia”), constituída em 12 de abril de 2026 é uma sociedade anônima de capital fechado, localizadas na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 02, 2º e 4ª Andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, bairro Jacarepaguá, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028. A Companhia tem por objeto: (i) o exercício das atividades de comercialização de energia elétrica, na condição de agente comercializador, inclusive na modalidade Varejista, nos termos da Resolução da ANEEL, nº 265, de 13 de agosto de 1998, (ii) a comercialização e/ou carregamento de gás natural, nos termos das Resoluções da ANP nº52, de 29 de setembro de 2011, e nº51, de 26 de dezembro de 2013, respectivamente; (iii) a comercialização de créditos de carbono, certificados de energia renovável ou produtos similares; bem como (iv) a participação em outras entidades como sócia, quotista ou acionista.

Em 30 de maio de 2025 a Companhia passou a ser controlada diretamente Power II Fundo de Investimento em Participações.

1.1. Continuidade operacional

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.2. Base de mensuração

A demonstração financeira da Companhia foi preparada com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração da demonstração financeira da Companhia a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação da Demonstração Financeira requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão da demonstração financeira, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessa demonstração, estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	42	84
Aplicações financeiras	1.964	35.776
Total	2.006	35.860

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 96,5% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	360	1.293
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	1.604	34.483
Total			1.964	35.776

4. Contas a receber

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários por meio de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), contabilizado com base no regime de competência.

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos.

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente.

	2025	2024
Venda de energia	1.669	165
	1.669	165

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	1.669	165
Total	1.669	165

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Impostos e contribuições a recuperar

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	2.472	1.825
PIS/COFINS	14	32
	<u>2.486</u>	<u>1.857</u>

6. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

Liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo (MCP)

Conta corrente referente aos eventos financeiros apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para depósito das Garantias Financeiras na conta de custódia mantida no Bradesco Trianon, que consiste no pagamento e recebimento dos débitos e créditos apurados pela CCEE para a liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo (MCP).

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	-	1.884
			<u>-</u>	<u>1.884</u>

7. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	1	1
	1	1

8. Obrigações Tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	1.238	1.326
	1.238	1.326

9. Patrimônio líquido

Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.454 (R\$5.501 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 5.501.000 (cinco milhões, quinhentos e uma mil ações) em 2025 e 2024, nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de novembro de 2025 os acionistas por meio de uma Assembleia Geral extraordinária a redução de Capital da Companhia no montante de R\$3.047, sem o cancelamento de ações, por julgá-lo excessivo para a operação da Companhia.

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Reserva de retenção de lucros:

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Destinação dos resultados

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.473	2.644
Constituição da reserva legal 5% (*)	(124)	(132)
Lucro líquido ajustado	<u>2.349</u>	<u>2.512</u>
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(618)	(628)
Constituição de reserva de Lucros	(1.731)	(1.884)
Lucro líquido do exercício a destinar	<u>-</u>	<u>-</u>

Dividendos:

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Deliberações do exercício de 2025:

Em 27 de novembro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes a exercícios sociais anteriores, no montante de R\$4.540..

Deliberações do exercício de 2024:

Não houve distribuição de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

Os contratos com clientes da Companhia envolvem a venda de energia elétrica. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

A receita de comercialização de energia é registrada pelo regime de competência com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 14)	26.081	2.558
Resultado com MRE e CCEE	5.348	940
	<u>31.429</u>	<u>3.498</u>
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
PIS	(519)	(58)
COFINS	(2.388)	(266)
	<u>(2.907)</u>	<u>(324)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>28.522</u></u>	<u><u>3.174</u></u>

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia elétrica – Partes relacionadas (Nota 14)	(30.897)	(3.167)
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	2.927	301
Royalties ANEEL	(18)	(42)
Total custo do serviço de energia elétrica	(27.989)	(2.908)
Custo com operação	2025	2024
Serviços de terceiros	(18)	(6)
MRE / CCEE	(741)	(83)
Promoção e publicidade	(12)	
Total custo com operação	(771)	(89)
Total de custos	(28.760)	(2.997)
Despesas gerais	2025	2024
Serviços de terceiros	(30)	(11)
Total das despesas administrativas e gerais	(30)	(11)

12. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receita financeira		
Receitas com aplicações financeiras	4.158	3.990
Receita com juros	5	-
Total	4.163	3.990

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Despesa financeira		
Imposto sobre operações financeiras	(9)	(186)
Impostos sobre aplicações financeiras	(194)	-
Total	(203)	(186)

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	(904)	(969)
Contribuição social	(334)	(357)
Total com despesas de impostos	(1.238)	(1.326)
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição social	3.711	3.970
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	34%	34%
Demais diferenças entre base societária e fiscal	(1.262)	(1.326)
Outras adições	24	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.238)	(1.326)
Aliquota efetiva de imposto %	(33,36%)	(33,47%)

14. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ativo	Notas	2025	2024
<u>Contas a receber</u>			
Elera Comercializadora Ltda.	(a)	137	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	43
Total		137	43
Passivo	Notas	2025	2024
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	-	25.169
Total		-	25.169

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Dividendos a pagar			
Tangará Energética S.A.	(c)	-	3.141
Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	(c)	601	-
Santo Ivo Energética S.A.	(c)	17	-
Total		618	3.141
Receita			
Venda de energia elétrica			
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	781	-
Elera Comercializadora Ltda.	(d)	18.350	-
Geracao Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(d)	906	-
Geracao Central Eolica Complexo Renascenca IV S.A.	(d)	973	-
Geracao Central Eolica Complexo Renascenca III S.A.	(d)	917	-
Geracao Central Eolica Complexo Renascenca I S.A.	(d)	1.117	-
Geracao Biomassa Vista Alegre I S.A.	(d)	1.196	1.090
Geracao Eolica Renascenca II S.A.	(d)	979	-
Geracao Central Eolica Ventos de Sao Miguel S.A.	(d)	863	-
Tangará Energética S.A.	(d)	-	300
Geração Biomassa Vista Alegre II S.A.	(d)	-	786
Geração Biomassa Santa Cândida II S.A.	(d)	-	382
Total	(Nota 10)	26.081	2.558
Custo			
Compra de energia elétrica			
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	(282)	-
Elera Renováveis S.A.	(e)	-	(2.954)
Phoenix Geração de Energia S.A.	(e)	-	(213)
Elera Comercializadora Ltda.	(e)	(1.130)	-
Tangara Energia S.A.	(e)	(6.708)	-
Geracao Central Eolica Parque Renascenca III S.A.	(e)	(4.020)	-
Geracao Central Eolica Parque Renascenca I S.A.	(e)	(3.384)	-
Geracao Eolica Renascenca II S.A.	(e)	(4.024)	-
Geracao Central Eolica Complexo Renascenca IV S.A.	(e)	(5.007)	-
Geracao Central Eolica Ventos de Sao Miguel S.A.	(e)	(6.341)	-
Total	(Nota 11)	(30.897)	(3.167)

- (a) Refere-se à compra e venda de energia elétrica para outras empresas do grupo, com vencimento no mês posterior ao da ocorrência.
- (b) Contas a pagar entre a Empresa e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos a pagar aos acionistas da Companhia;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo.

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (debêntures), passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	42	-	42	84	-	84
Aplicações financeiras	-	1.964	1.964	-	35.776	35.776
Contas a receber de clientes	1.669	-	1.669	165	-	165
Contas a receber – Partes relacionadas	137	-	137	43	-	43
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	-	-	1.884	1.884
Outras contas a receber	-	-	-	1	-	1
Total	1.848	1.964	3.812	293	37.660	37.953
	2025			2024		

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo Financeiro	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	1	-	1	1	-	1
Contas a pagar – Partes relacionadas	-	-	-	25.169	-	25.169
Dividendos a pagar	618	-	618	3.141	-	3.141
Total	619	-	619	28.311	-	28.311

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- No mercado principal para o ativo ou passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurada a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Gestão de risco

Apollo Comercializadora S.A.

Notas explicativas à demonstração financeira
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Derivativos

Durante o exercício de 2025 e 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

* * *